

-----**ACTA**-----

-----**DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 5 DE FEVEREIRO DE 2007**-----

-----Aos cinco dias do mês de Fevereiro de dois mil e sete, nesta cidade de Almeirim e na Sala das Sessões da Câmara Municipal de Almeirim, encontrando-se presente a Chefe de Repartição, Graciete Maria do Pereiro Romão, compareceram para a reunião de hoje, os membros da Câmara deste Concelho, Excelentíssimos Senhores:-----

-----Vice-Presidente Pedro Miguel César Ribeiro e Vereadores Francisco Manuel Maurício do Rosário, Maria Manuela dos Santos Ferreira Cunha, José Carlos da Silva e Maria Joana Vidinha Batista e Moraes Silvestre.-----

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício leu a sua comunicação, do seguinte teor:-----

-----«Publicação do jornal "O Mirante" sobre o Concurso Interno de Acesso Limitado para Provimento de três lugares de Chefe de Secção na Câmara Municipal de Almeirim.-----

-----Na qualidade de presidente do júri do Concurso Interno de Acesso Limitado para provimento de três lugares de Chefe de Secção, tendo tido conhecimento da notícia publicada na edição no jornal "O Mirante" de trinta e um de Janeiro de dois mil e sete relacionada com o assunto, quero manifestar publicamente o meu maior repúdio em relação ao sucedido, tendo solicitado, no mesmo dia, ao Sr. Presidente da Câmara, através da Comunicação Interna número três de dois mil e sete de trinta e um de Janeiro de dois mil e sete, em anexo, que mandasse instruir um processo de averiguações, a fim de determinar as responsabilidades pela grave quebra de sigilo verificada.-----

-----Reiterei, também, toda a minha inteira disponibilidade para colaborar com as investigações.»-----

-----O Sr. Vereador José Carlos Silva declarou fazer suas as palavras do Sr. Vereador Francisco Maurício e acrescentou que neste momento estamos todos sob suspeita de quebra de sigilo.---

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha disse que apoia a atitude do Sr. Vereador Francisco Maurício e pretende que sejam fornecidos esclarecimentos, acrescentando que não se sente minimamente visada pela quebra de sigilo de um documento a que nunca teve acesso.-----

-----A Sr^a Vereadora Joana Silvestre acrescentou que, sendo a própria elemento do júri do concurso, tal como o Sr. Vereador Francisco Maurício, tem de concordar com as palavras dele porque estavam todos convictos que a informação era restrita e se o assunto transpirou para a imprensa é porque alguém originou a fuga de informação.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha perguntou se o concurso está homologado e para que secções vão os que forem promovidos neste concurso.-----

-----O Sr. Vice-Presidente Pedro Ribeiro respondeu que os concursos também se abrem, não só com vista ao provimento, como pelo decurso do módulo de tempo de serviço para a promoção. E acrescentou que o mesmo está homologado desde vinte e seis de Janeiro passado.-----

-----Às quinze horas e nove minutos tomaram os respectivos lugares o Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos e o Sr. Presidente da Câmara, tendo este assumido a Presidência da Reunião.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha perguntou a que Secções se destinam os funcionários a prover mediante este concurso.-----

-----O Sr. Presidente respondeu que, quando estiver organizado, comunica.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha perguntou como está o concurso para Veterinário Municipal.-----

-----O Sr. Presidente respondeu que está em cima da sua secretária para homologar e, como sabe que estão para ser

publicadas Leis Orgânicas que vão reformular o regime dos Veterinários Municipais, só o fará depois de saber qual o encaminhamento que mais interessa ao Município.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha perguntou se não há prazo a cumprir, ao que o Sr. Presidente respondeu negativamente, nos termos da informação que lhe foi prestada pelo Serviço de Pessoal.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha disse que no loteamento por detrás do Circuito de Manutenção existe uma caixa de saneamento que faz escoamento para uma ribeira, o que já aqui havia denunciado, e espera resposta sobre as medidas para resolver a situação.-----

-----Referiu a mesma autarca que se diz por aí que a Câmara pretende abrir uma rua, não longe do futuro estacionamento que ligará a Rua Bernardo Gonçalves à Rua D. Gonçalo da Silveira, em Almeirim e perguntou se era verdade.-----

-----O Sr. Presidente respondeu que, aquando apresentou a proposta de aquisição dos imóveis, salientou que se destinavam a um parque de estacionamento que ligaria as duas ruas mencionadas. O resto é invenção.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos aludiu a que o Grupo do PSD apresentou na Assembleia Municipal um requerimento para conhecer da situação dos contratos de trabalho e pretende saber em que situação se encontra o pedido de esclarecimento.-----

-----O Sr. Presidente respondeu que mandou fazer um levantamento, a fim de prestar essa informação.-----

-----O mesmo Vereador referiu que foi apresentado em Dezembro um requerimento pedindo esclarecimentos atinentes ao Aterro Sanitário da Raposa, ao que o Sr. Presidente respondeu que foi solicitado à RESIURB o levantamento da situação actual, com vista ao licenciamento.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos solicitou a lista actualizada dos adquirentes de lotes na Urbanização do Alqueve, em Benfica do Ribatejo.-----

-----O mesmo autarca disse ainda não perceber o nexo causal de

subordinar a homologação do concurso para Veterinário Municipal à aprovação da Lei Orgânica do Ministério da Agricultura, já que a reestruturação interna do Ministério se processa no âmbito da Administração Pública.-----

-----O Sr. Presidente respondeu que os veterinários municipais eram pagos por verbas do Ministério da Agricultura e das Câmaras e tinham a seu cargo muitas atribuições que passaram para a ASAE, pelo que se aguarda uma redefinição das competências dos veterinários municipais e algumas Câmaras deixaram mesmo de ter veterinários nos seus quadros e passaram a celebrar Protocolos com Gabinetes de Medicina Veterinária.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha disse que não é legítimo tal comportamento, porque a lei prevê a existência de veterinário municipal em cada Concelho, a quem confere um conjunto de atribuições próprias e muito vastas, e a lei é vinculativa.-----

-----A mesma autarca manifestou o seu protesto por ter recebido em casa, no passado domingo, uma carta da Câmara Municipal de Almeirim com dois bilhetes para algo que não sabe o que é, a ter lugar na Associação Cultural e Desportiva de Benfica do Ribatejo, sem informação da actividade nem da hora do evento. Espera que não volte a repetir-se o comportamento do passado, de lhe enviarem os convites demasiado tarde para comparecer à actividade a que se destina.-----

-----O Sr. Presidente respondeu que esses convites chegaram na sexta-feira à noite, já não havia pessoal ao serviço e não quis deixar de ter a consideração de os fazer chegar aos Srs. Vereadores, pelo que pediu ao funcionário que veio fechar as instalações que, com urgência, os distribuísse. Se considera que agiu mal, para a próxima não o fará.-----

-----**ACTAS** - A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar as Actas das reuniões de treze de Dezembro de dois mil e seis e de quinze de Janeiro de dois mil e sete, esta última com uma correcção.-----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**1 - OBRAS PARTICULARES**-----

-----PROJECTOS DE ARQUITECTURA - O Sr. Presidente deu conhecimento dos despachos de deferimento proferidos em projectos de arquitectura respeitantes aos processos de obras abaixo referenciados, ao abrigo da delegação de competências:---

-----Joaquim Ambrósio do Rosário, cento e trinta e seis de dois mil e quatro; Zilda Maria Guardiano Castelo, duzentos e oitenta e oito de dois mil e cinco; Nuno Manuel Casimiro Gabirra, cento e sessenta e oito, António José de Almeida Ferreira, duzentos; ambos de dois mil e seis; António Manuel Figueiredo Hortelão, duzentos e quarenta e nove de dois mil e cinco; Adilargest Unipessoal, Lda, trezentos e catorze; Fábio António Maia Lucas, trezentos e quarenta e três; Patrícia Alexandra Nascimento dos Santos Henriques, trezentos e quarenta e nove de dois mil e seis.-----

-----PROJECTOS GLOBAIS - O Sr. Presidente deu conhecimento dos despachos de deferimento proferidos em sede de projectos globais referentes aos processos de obras a seguir enunciados, ao abrigo da delegação de competências:-----

-----Pastelaria Riso Doce, Lda - noventa e três de dois mil e quatro; António Carlos Santana de Matos Martins - setenta e três de dois mil e cinco; Vítor Manuel Soares Domingos, cento e quarenta e sete; Coopeal - Cooperativa de Habitação Económica de Almeirim, CRL, duzentos e dez; Maria Emília Vítor da Oliveira Ferro, duzentos e catorze; Francisco Correia Batista & Filhos, Limitada duzentos e setenta; Joaquim da Conceição Jacinto, duzentos e oitenta e um; Maria Deolinda Evaristo da Silva Mendes Maria, trezentos e quarenta e um; Inês Margarida Lopes Tacão, trezentos e cinquenta e um, todos de dois mil e seis.-----

-----**3 - REQUERIMENTOS DIVERSOS**-----

-----DIREITO DE SUPERFÍCIE - A Câmara deliberou não usar o direito de preferência na venda que Deolindo José Lopes dos Santos e mulher vão fazer do direito de superfície respeitante à fracção autónoma correspondente ao segundo andar direito do prédio sito na Praceta do Santíssimo, lote trinta e dois, em Almeirim.-----

-----ZONA DE ACTIVIDADES ECONÓMICAS - Foi presente o processo referente à alienação do lote número cento e quinze da Zona de Actividades Económicas a Carlos Alberto Galão Rodrigues. Atendendo a que o adquirente tem vindo a cumprir os pagamentos parciais, a Câmara deliberou vender-lhe o referido lote.-----

-----**5 - DELIBERAÇÕES DIVERSAS**-----

-----PCP - O executivo tomou conhecimento da comunicação do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, que acompanha cópia do requerimento ao Governo, apresentado pela sua deputada do Distrito, sobre as parcerias Público-Privadas para intervenção no Património.-----

-----AUTOCARROS - a Câmara deliberou contabilizar os custos com as deslocações dos autocarros, ao serviço das seguintes entidades:-----

-----Escolas do Moinho de Vento e P três - duzentos euros e oitenta e nove cêntimos; Escola P três - vinte e um euros e trinta e quatro cêntimos; Escolas de Cortiçóis e Benfica do Ribatejo - cento e setenta e oito euros e setenta e seis cêntimos; Escola de Cortiçóis - trinta e cinco euros e setenta e seis cêntimos; Escolas de Foros de Benfica e número um de Fazendas de Almeirim - cinquenta e oito cêntimos e quarenta e três cêntimos; Escolas P três e número um de Fazendas de

Almeirim - cinquenta e um euros e oitenta e cinco cêntimos; USAL - cento e vinte e três euros e vinte cêntimos; Jovens Franciscanos de Paço dos Negros - duzentos e cinquenta e sete euros e cinquenta e cinco cêntimos; Testemunhas de Jeová - trezentos e dezasseis euros e trinta e dois cêntimos; União Futebol Clube de Almeirim - duzentos e quarenta e nove euros e sessenta e sete cêntimos; Associação Desportiva Fazendense - cento e noventa e dois euros e treze cêntimos; e Estabelecimento Prisional de Alcoentre, pelo transporte de reclusos ao serviço do Município - três mil cento e cinquenta e oito euros e setenta e dois cêntimos.-----

-----CARNAVAL DE BENFICA DO RIBATEJO - A pedido da Junta de Freguesia de Benfica do Ribatejo e com destino ao Corso carnavalesco do corrente ano, a Câmara deliberou atribuir o subsídio de mil duzentos e cinquenta euros e uma participação no valor de cinquenta por cento do custo do som de rua contratado.-----

-----IGREJA DE SANTA MARTA DE BENFICA DO RIBATEJO - O Sr. Presidente comunicou que o telhado da Igreja de Santa Marta, de Benfica do Ribatejo, sofre acentuada infiltração, o que está a originar a degradação daquele património, que tem uma enorme carga afectiva por parte da população. O Grupo de Escuteiros local necessita daquele espaço para suas instalações, por já não servir ao culto religioso e, dado que o Município colaborou com os Escuteiros de Fazendas de Almeirim para a criação de instalações condignas, sente que a mesma colaboração deve ser prestada nesta freguesia, para além de que a intervenção necessária obviará à degradação do património edificado de Benfica. Para a remodelação do telhado da Igreja foram apresentadas as propostas de FML e de Joaquim José Moiteiro Rabita, sendo a deste último a mais barata, no valor de quinze mil e trezentos euros mais IVA. Propõe, por isso que a Câmara custeie as obras de remodelação do telhado e ofereça cinco latas

de tinta, para a pintura de conservação necessária.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos referiu que não tem qualquer objecção ao apoio, tanto mais que a instituição desempenha um papel fundamental no tecido social da freguesia.--

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício concordou, por se tratar de apoio a uma instituição juvenil e para recuperação de um património concelhio importante.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha disse subscrever as palavras do Sr. Vereador que a antecedeu.-----

-----A Câmara deliberou aprovar a proposta do Sr. Presidente.---

-----SUBSÍDIOS - A pedido do Agrupamento de Escuteiros mil cento e vinte e três, de Benfica do Ribatejo, a Câmara deliberou conceder o subsídio de novecentos e sete euros e cinquenta cêntimos, com destino à aquisição de camisolas para o encontro de escuteiros.-----

-----CONSUMO DE ÁGUA - O Sr. Presidente transmitiu o pedido de Bernardino Gomes Branco, consumidor de água na Rua Luís Pereira Calixto, número vinte e oito, em Benfica do Ribatejo, que apresenta uma dívida da quantia de duzentos e seis euros e vinte e dois cêntimos, referente a aluguer do contador, no período de Fevereiro de dois mil e um a Janeiro de dois mil e cinco e que, por a casa não se encontrar habitada, solicita que lhe seja perdoada a dívida.-----

-----A Câmara deliberou autorizar o pagamento em prestações, se necessitar.-----

-----RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA CONTRATUAL - O Sr. Vereador José Carlos da Silva apresentou a reclamação de Paulo Alexandre Correia da Cruz, solicitando uma indemnização de quinhentos e cinquenta e seis euros, por danos causados na sua vinha pela queda de uma árvore de grande porte, por força da forte intempérie de vinte e dois de Novembro passado. O reclamante apresenta fotografias e o jurista propõe a apresentação de prova

dos danos e do auto de ocorrência elaborado pela GNR. O próprio autarca informa no processo que se deslocou ao local e apresenta a estimativa dos custos de reposição e de perda de produção, justificados, no total de quatrocentos e oitenta e cinco euros.-

-----A Câmara deliberou indemnizar em quatrocentos e oitenta e cinco euros.-----

-----Sob proposta do Sr. Vice-Presidente a Câmara deliberou indemnizar o Sr. João Pedro Lopes Carvalheira na quantia de trezentos e setenta e nove euros e sessenta e um cêntimos, por danos causados na sua viatura pela queda de uma árvore, na Avenida Vinte e Cinco de Abril, em Almeirim, no dia cinco de Dezembro do ano passado.-----

-----TRÂNSITO - Foi presente a carta de Olho Cirúrgico - Clínica de Oftalmologia - Unipessoal, Lda solicitando a criação de um lugar de estacionamento reservado para a clínica, junto ao número oitenta e três da Rua Cinco de Outubro, em Almeirim.-----

-----A Câmara deliberou indeferir, atendendo à proximidade do parque de estacionamento.-----

-----Sob proposta do Sr. Vice-presidente, a Câmara deliberou colocar um sinal de STOP na Rua seis da Urbanização Campos de Almeirim II, nesta cidade, à direita do cruzamento com a rua número quatro da mesma urbanização, no sentido Rua de Coruche - Rua seis.-----

-----ESCOLAS - A Srª Vereadora Joana Silvestre comunicou que foi contactada pelo Conselho Executivo do Agrupamento de Escolas Febo Moniz que lhe transmitiu a intenção de realizar um Curso Carnavalesco conjunto das escolas, em Almeirim, para o que vai solicitar o som e pediu autorização para fazer uma confraternização no final da actividade, na Praceta Francisco Henriques, devendo, para o efeito, a Câmara ceder a animação de rua. Ainda não tem valores de custo, mas será idêntico ao da Festa de Natal.-----

-----A Srª Vereadora Manuela Cunha afirmou que se diz que para o

próximo ano vai encerrar a Escola do Primeiro Ciclo do Ensino básico da Raposa e a Carta Educativa aprovada não prevê tal medida.-----

-----O Sr. Presidente respondeu que, por legislação superior, foram alteradas as condições de funcionamento das escolas do primeiro ciclo e as que não tiverem vinte alunos podem vir a ser encerradas.-----

-----A Sr^a Vereadora acrescentou que a medida é aplicável caso os Municípios concordem e no quadro da Carta Escolar isso não estava previsto.-----

-----O Sr. Presidente aduziu que cabe à Câmara solicitar uma reunião com a DREL para apresentar a sua posição de repúdio perante a hipótese de encerramento, reconhecendo a necessidade da sua manutenção em funcionamento.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha propôs que seja deliberada de imediato a iniciativa de repúdio perante a medida e enviada à DREL.-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício referiu que a urgência não é tanta que não possa ser agendada para a próxima reunião.--

-----O Sr. Presidente salientou a importância de reunir com a DREL e vincar a posição da Câmara.-----

-----A mesma autarca disse que o Sr. Presidente fez aqui uma declaração de apoio à Carta Escolar e ao facto dela não prever o encerramento de qualquer escola.-----

-----O Sr. Presidente respondeu que não se lembra de ter dito isso.-----

-----A Sr^a Vereadora disse que lamenta ter que trazer assuntos a este executivo pelo que ouve dizer à população e vir agora a saber que esta probabilidade estava em cima da mesa e dela não tinha conhecimento oficial.-----

-----O Sr. Presidente disse que podemos invocar a Carta Educativa aprovada e homologada pelo Ministério da Educação para defender a nossa imposição, mas não podemos fazer imposições.---

-----A Sr^a Vereadora Joana Silvestre referiu que a Escola de Marianos tem oito alunos..-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha propôs que a medida por si apresentada seja tomada o mais rápido possível.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos disse que esta questão terá de ser vista mais tarde, o fecho das escolas é um sinal grave de uma situação que o Governo não consegue combater, não há políticas sociais para fomentar a natalidade, fazendo contraponto com a elevada taxa de mortalidade. Há que criar políticas de incentivo aos jovens e têm de ser pensadas formas de cativar os jovens.-----

-----O Sr. Vice-Presidente Pedro Ribeiro disse que uma das políticas utilizadas para desenvolver o interior do país é a das acessibilidades, para o que contribuem as SCUTs, salvo excepções.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos respondeu que o facto de existirem SCUTs contribuiu para a crise orçamental do país, sendo que deve ser respeitada a regra de utilizador-pagador.-----

-----O Sr. Vice-Presidente disse que concorda com a teoria desde que seja extensiva às áreas metropolitanas e quem utiliza os transportes públicos em Lisboa e no Porto não tenha que ser subsidiado pelo Orçamento de Estado.-----

-----A Sr^a Vereadora Joana Silvestre disse que, infelizmente, as crianças de Marianos são as que mais dificuldade têm de se adaptar à Escola de Fazendas de Almeirim e a grande maioria abandona a escola antes de completar a escolaridade obrigatória.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha referiu que Marianos apresenta uma situação de fragilidade há muito tempo e a autarquia devia ter tido atenção aos problemas emergentes há mais tempo, porque não é uma situação que se resolva com medidas avulsas. Quanto ao tema inicial, não sendo boato, acha que a Câmara se devia manifestar claramente contra o encerramento das escolas, que é um factor de desertificação, com custos que sobram para as autarquias e os benefícios não sabe para quem. Às crianças em pequena idade a proximidade da escola é fundamental para um melhor acompanhamento pelos pais e professores.-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício disse que, por princípio, é contrário ao encerramento de escolas, mas, em alguns casos, é provável que se justificará o encerramento de algumas. Sendo os legítimos representantes dos munícipes, a questão deve ter outra amplitude e deve ser apresentada à Assembleia Municipal, por se tratar de uma questão de demasiada responsabilidade, para ser assumida apenas pelo executivo.-----

-----O Sr. Presidente referiu que se ouvem opiniões diversas sobre o tema, umas pró, outras contra e o executivo não tem competência para avaliar sobre questões pedagógicas. Numa situação menos gravosa, que é Foros de Benfica, a própria Junta de Freguesia votou contra a construção de uma escola, a fim de que os alunos se desloquem para junto de outros alunos, para terem outra espécie de convivência. E acrescentou que traz este caso à colacção para salientar que não sabe de que lado está a razão, por princípio deve ser evitado o encerramento das escolas, mas há todo um conjunto de questões colaterais que impedem um julgamento isento na matéria.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha salientou que o caso referido se reporta a uma pré-escola e não houve parecer favorável da Junta de Freguesia e na Assembleia Municipal houve um voto contra, que não vinha identificado.-----

-----O Sr. Presidente acrescentou que a posição da Junta de Freguesia não foi de ser favorável, mas de não se opor.-----

-----EMPRÉSTIMO DE € 151.823,00-----

-----EMPRÉSTIMO DE € 211.504,00-----

-----O Sr. Presidente apresentou os clausulados dos contratos para a contracção de dois empréstimos a médio/longo prazo, um ao Banco Espírito Santo, SA, no montante de cento e cinquenta e um mil oitocentos e vinte e três euros, e outro ao Millennium, bcp, ou Banco Comercial Português, SA, no montante de duzentos e onze mil quinhentos e quatro euros, que aqui se dão por fielmente reproduzidos e ficam arquivados no maço de documentos respeitante a esta Acta.-----

-----A Câmara deliberou aprovar ambas as minutas dos contratos, a primeira por unanimidade e a segunda por maioria, com o voto contra da Sr^a Vereadora Manuela Cunha que declarou:-----

-----«Voto contra e faço voto de vencido porque continua a não me ser apresentada a homologação do projecto para que o empréstimo se destina e não é legítimo à Câmara contratar um empréstimo que excede a capacidade de endividamento e só o podia fazer ao abrigo do Orçamento de Estado, que obrigava à apresentação do projecto homologado, a que se destina. Não o sendo, continuo a votar contra».-----

-----O Sr. Presidente disse que o projecto já foi homologado.---

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha disse que se existe homologação, a ela não lhe foi entregue.-----

-----O Sr. Presidente afirmou que o que a Sr^a Vereadora disse é mentira: disse que este empréstimo ultrapassa a capacidade de endividamento e está provado pelos Serviços de Contabilidade, com a fiabilidade que se lhe reconhece, que não é assim.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha voltou a afirmar: «Voto contra e faço voto de vencido, novamente, aqui, hoje, porque esta proposta de endividamento excedia a capacidade de endividamento da Câmara e só poderia ser feita ao abrigo do Artigo do Orçamento de Estado que permite o endividamento para projectos homologados até Dezembro. E até agora essa homologação não me foi entregue, nem na primeira vez, nem no dia da sessão da Assembleia Municipal, nem agora. Até hoje não me foram apresentadas provas disso, por isso voto contra».-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos justificou: «Voto a favor do clausulado de ambos os contratos, primeiro, quanto ao do Millennium, bcp, dou o meu voto favorável na medida em que foi homologado por Despacho do Senhor Secretário de Estado; Segundo, quanto ao empréstimo do BES, julgo que ele teve por base um ofício da DGAL que informava o Município de Almeirim qual o nível do seu endividamento, pelo que o objecto contratual que motivou a realização da despesa tem a informação positiva da DGAL».-----

-----O Sr. Presidente reiterou que a capacidade de endividamento não foi ultrapassada e a homologação do projecto chegou à Câmara com data do Despacho anterior ao fim do ano.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha explicitou que votou contra a minuta do contrato do empréstimo ao Millennium e a favor do BES, porque este se enquadra no rastreio da DGAL em relação ao Município de Almeirim. E, dirigindo-se ao seu colega do PSD, perguntou se teve acesso à homologação do projecto, à qual a própria não teve.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos respondeu que não teve acesso ao Despacho de homologação mas faz fé nas palavras do Sr. Presidente.-----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta.-----

-----IMI - O Sr. Presidente disse que, na sequência da recomendação da Assembleia Municipal com vista ao agravamento em trinta por cento da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis para casas devolutas ou degradadas, baseada na proposta do PSD que subscreve, foi aprovado esse agravamento, havendo que definir os limites geográficos a que se aplica. Considera que a aplicação a toda a cidade seria demasiado oneroso, propondo que se iniciasse a aplicação aos imóveis do centro histórico e cívico, onde se situam os imóveis mais degradados.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos referiu que a política fiscal pode estar ao serviço da qualificação urbana e que se deve avançar com a aplicação nos prédios em avançado estado de degradação. E depois deveria ser prevista a aplicação do mesmo princípio aos prédios florestais, tendo em conta os fogos no Concelho e sob indicação dos Bombeiros, como condição para a limpeza da floresta.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha disse que gostaria que o Sr. Presidente formulasse uma proposta por escrito, para reflectir se é justo aplicar o agravamento a uns e não aplicar a outros.-----

-----ACORDO DE COLABORAÇÃO COM O INH - O Sr. Presidente

apresentou o ofício do Instituto Nacional de Habitação comunicando que foi aprovada pelo Senhor Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades a candidatura deste Município a um Acordo de Colaboração a celebrar no âmbito do PROHABITA - Programa de Financiamento para Acesso à Habitação, ao abrigo do Decreto-Lei número cento e trinta e cinco de dois mil e quatro, de três de Junho, com destino à construção de sessenta habitações para famílias carenciadas e o prazo de vigência de cinco anos. O investimento total é estimado em três milhões seiscentos e dezassete mil trezentos e quarenta e dois euros e sobre este valor o Município beneficiará de um financiamento a fundo perdido até um milhão quatrocentos e quarenta e seis mil novecentos e trinta e sete euros e, em igual montante, de um empréstimo bonificado a conceder pelo INH. No caso de realojamento através de arrendamento o apoio a conceder pelo INH consistirá numa comparticipação a fundo perdido até quarenta por cento do valor da renda condicionada ou sessenta por cento desse valor quando de arrendamento de habitações devolutas, pelo prazo máximo de doze anos.-----

-----O Sr. Presidente acrescentou que estas medidas são fundamentadas no levantamento do número de famílias carenciadas.-----

-----Às dezasseis horas e quarenta e cinco minutos saiu o Sr. Vice-Presidente.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos perguntou se já está definida a localização dos fogos a construir e se as famílias beneficiárias já foram seleccionadas.-----

-----O Sr. Presidente respondeu afirmativamente e informou que a caracterização foi efectuada pelos serviços sociais.-----

-----A Sr^a Vereadora Joana Silvestre acrescentou que este processo já esteve elaborado anteriormente e sofreu alterações que levaram à reformulação da candidatura e o INH tem efectuado averiguações in loco.-----

-----A Câmara deliberou aprovar a Minuta do Acordo de Colaboração, por unanimidade dos presentes.-----

-----VENDA DE TERRENOS - O Sr. Presidente propôs a aprovação das condições de venda de uma parcela de terreno destinada a construção urbana, no gaveto da Rua dos Aliados com a Avenida Dr. Mário Soares, em Almeirim, com projecto de licenciamento aprovado, constantes de documento previamente enviado a todos os Srs. Vereadores.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha disse que não compreende que se preveja o prazo para o cumprimento das prestações e não seja referida a periodicidade das prestações e vai votar contra por considerar que a Câmara vai vender um terreno com um projecto que está contra a lei.-----

-----O assunto ficou adiado para uma próxima reunião.-----

-----Retomou o lugar o Sr. Vice-Presidente.-----

-----PLANTAÇÃO DE ÁRVORES - O Sr. Presidente apresentou a proposta do Sr. Vice-Presidente Pedro Ribeiro para adesão à campanha lançada pelo Programa das Nações Unidas para o Ambiente, que visa plantar um bilião de árvores durante o ano de dois mil e sete e ao qual este Município deverá aderir com o compromisso Bronze, ou seja, plantar pelo menos mil árvores.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha disse que quer que venha aqui a indicação das espécies a plantar e onde.-----

-----O Sr. Vice-Presidente referiu a iniciativa do PNUA e acrescentou que a adesão do Município compreende a plantação de árvores que se coadunem com os locais onde serão plantadas, mediante o necessário controle ambiental.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha quer ser informada posteriormente a localização das plantações e as espécies. Acrescentou que a localização tem a ver com o consumo de água e a relação com o património histórico e cultural, havendo ainda que definir se é de folhagem caduca ou perene e o porte a

adquirir em conjugação com a envolvente.-----

-----O Sr. Vice-Presidente respondeu que a acção será desenvolvida mediante aconselhamento técnico.-----

-----A Câmara deliberou aprovar a proposta, por unanimidade.-----

-----CONTRATO DE ARRENDAMENTO COM A ENCHERIM - Foi presente a minuta do contrato de arrendamento a celebrar com a Cooperativa Encherim respeitante ao edifício onde funcionará o Centro de Corte e Fabrico de Enchidos, na Rua do Matadouro, em Almeirim, previamente distribuída a todos os autarcas.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha disse que o arrendamento deve ser feito pelo lote, a construção e os bens de equipamento constantes do Anexo três, que não foi entregue.-----

-----O jurista Vítor de Sousa, presente na reunião, esclareceu que os móveis e utensílios não são passíveis de arrendamento.---

-----A mesma Vereadora referiu que o contrato prevê um período de arrendamento de vinte e cinco anos e sugeriu a correcção para dez anos, embora considere que deveria ser apenas o período de gestão do mandato, já que esta contratação compromete o Município para além do mandato de quem o celebrou. E disse que é invocado um estudo de viabilidade económica do projecto que o sustenta, o qual nunca foi aprovado. Acrescentou que o princípio de oscilação da renda é uma forma de subsídio encapotado.-----

-----O jurista referiu que é prevista uma renda base e não outra, porque se desconhece a actividade efectiva da empresa.---

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha referiu que a sublocação pode ter a ver com o pessoal afecto ao serviço e a subcontratação não está limitada, pode englobar montes de coisas, pelo que há que limitar. Disse ainda que não estão previstos juros de mora em caso de atrasos no pagamento.-----

-----O Sr. Presidente disse querer deixar bem vincado a sua total oposição a que este contrato possa configurar a atribuição de qualquer subsídio e solicitou que a redacção seja devidamente clarificada, de forma a impedir a dualidade de leituras. Referiu ainda que a Cláusula oitava pode ser eliminada, já que a renda

está indexada ao volume do fabrico e se a cooperativa tiver dificuldades a produção diminuirá e a renda diminuirá automaticamente.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos disse que, a seu ver, o que está em questão é uma concessão e a forma jurídica devia ser a concessão.-----

-----O jurista Vítor de Sousa disse entender que o edifício não pertence ao domínio público municipal e a concessão aplica-se a bens do domínio público.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha disse que a Câmara devia ter apoiado a iniciativa dos industriais para criação de condições de fabricação artesanal, mas desde a origem inverteu-se todo o papel. Perante o que considera a defesa dos interesses da comunidade e a finalidade deste equipamento, se for feito um concurso para a concessão, qualquer indústria agro-alimentar tem mais capacidade de adjudicar as instalações que a cooperativa. A forma não é totalmente ilegítima e dá mais garantias de que as instalações fiquem ao serviço dos cooperantes de Almeirim. Mas ainda abre portas à entrada de outros, pelo que se deve clarificar a questão e responsabilizar a cooperativa, a fim de que, com o contrato e o Protocolo, sejam defendidos os interesses municipais e os dos industriais cooperantes. Acrescentou que será de admitir que a cooperativa subcontrate, em áreas externas à sua actividade principal e que é inadmissível a norma de excepção que prevê não cobrar juros, em caso de mora no pagamento.-----

-----Vão ser introduzidas alterações no clausulado do contrato, a fim de ser presente a uma próxima reunião.-----

-----PROTOCOLO - O Sr. Vice-Presidente apresentou a sua proposta de celebração de um Protocolo com o osteopata João Sousa da Silva, sem custos para a Câmara, e que prevê o tratamento a custos reduzidos em cinquenta por cento de jovens carenciados do Concelho, mediante comprovação da situação económica pelo Gabinete de Acção Social.-----

-----A Sr^a vereadora Manuela Cunha perguntou sobre quê faz o desconto de cinquenta por cento e acrescentou que pode sair mais caro ao carenciado, se não houver uniformização dos tarifários.-

-----Submetido a votação, a Câmara deliberou celebrar o proposto Protocolo, com a abstenção do Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos e o voto contra da Sr^a Vereadora Manuela Cunha, que fez a seguinte declaração:-----

-----«Voto contra e faço voto de vencido porque tenho grandes dúvidas se com este tipo de Protocolo não vamos interferir em áreas sujeitas a legítima concorrência e, considerando que já há protocolos em áreas desportivas para beneficiar os jovens, pergunto se não deveriam ser auscultados todos os osteopatas, porque estamos a criar uma situação de publicidade com favorecimento de apenas um. Nem sei se a Autarquia estará a entrar em área de favorecimento».-----

-----O Sr. Vice-Presidente respondeu que, obviamente, não foi a Câmara que foi à procura deste tipo de acordo e foi o técnico que o propôs. Se houver mais alguém interessado em semelhante medida, a Câmara estará sempre aberta a acolher todas as acções que se destinem a melhorar a saúde dos jovens do Concelho.-----

-----ALDESC, EM - A Sr^a Vereadora Manuela Cunha disse que no início do ano colocou aqui a questão da legitimidade do voto de membros do executivo que são simultaneamente membros do Conselho de Administração da ALDESC, EM, em deliberações que aprovam medidas tomadas pelo mesmo Conselho de Administração e, a respeito pediu parecer. Considera que estamos com um vácuo de poder e que os actos da ALDESC não estão legalmente aprovados. E perguntou quando é apresentado o parecer que solicitou.-----

-----REVISÃO DO PDM - A Sr^a Vereadora Manuela Cunha disse que, numa passada reunião, colocou aqui a questão dos Vereadores ainda não terem tido acesso a um único documento sobre a revisão do Plano Director Municipal e solicitou que seja prestada a

informação respeitante ao processo.-----

-----Às dezoito horas e dez minutos o Sr. Presidente declarou encerrada a reunião.-----

-----E eu, _____, Chefe de Repartição da Câmara Municipal de Almeirim, elaborei a presente acta que lavrei e subscrevi.-----

O Presidente da Câmara,

A Chefe de Repartição